



SENADO FEDERAL



00100.017938/2013-63

GAB SEN WELLINGTON DIAS

SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Wellington Dias

Boxe II - Ala Senador Afonso Arinos - Gabinete 6

CEP 70165-900 - Brasília (DF)

Telefone 61-3303-9049 - e-mail: wellington.dias@senador.gov.br

ESP REC

000011

Ofício 1139/13-GSWDIA

Brasília, 03 de outubro de 2013

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Vanessa Grazziotin
Presidente da CPI da Espionagem
Senado Federal
Brasília (DF)

Excelentíssima Senhora Senadora,

Cumprimento Vossa Excelência e, ao ensejo, encaminho documento (email) recebido do Senhor Donizeti, mediante o qual relata possível situação de espionagem e fatos relacionados ao seu provedor de internet, para conhecimento e providências.

Na expectativa de poder contar com o valioso apoio de Vossa Excelência, na análise e encaminhamento do material, apresento expressões de minha estima e apreço.

Atenciosamente,

Senador Wellington Dias
Líder do PT

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares do Inquérito
Recebido em 29/10/2013
As 16:00 horas.
Antônio Oscar Guimarães Lôssio

Secretário da Comissão

Cláudio de Souza Brito

De: Donizeti [donimm@ig.com.br]
Enviado em: terça-feira, 1 de outubro de 2013 19:24
Para: Sen. Wellington Dias
Assunto: Uso de Phorm por empresa de telefonia "ESPIONAGEM"

Sr Senador

Nossa Presidente Dilma está indignada com a espionagem feita pelo EUA e somos solidário a ela!

Mas aqui no Brasil isso é frequente a empresa Vivo telefonica speedy, uso a empresa inglesa Phorm para colher dados de seus assinantes sem autorização.

Sou cliente Speedy, e há semanas notei que em acessos realizados à internet, antes de abrir os sites digitando na barra de endereço ou clicando em links, sou redirecionado (sem minha permissão) ao endereço da OIX.net (<http://a.oix.net/>), que não abre site algum, e logo após abre a página que eu quero.

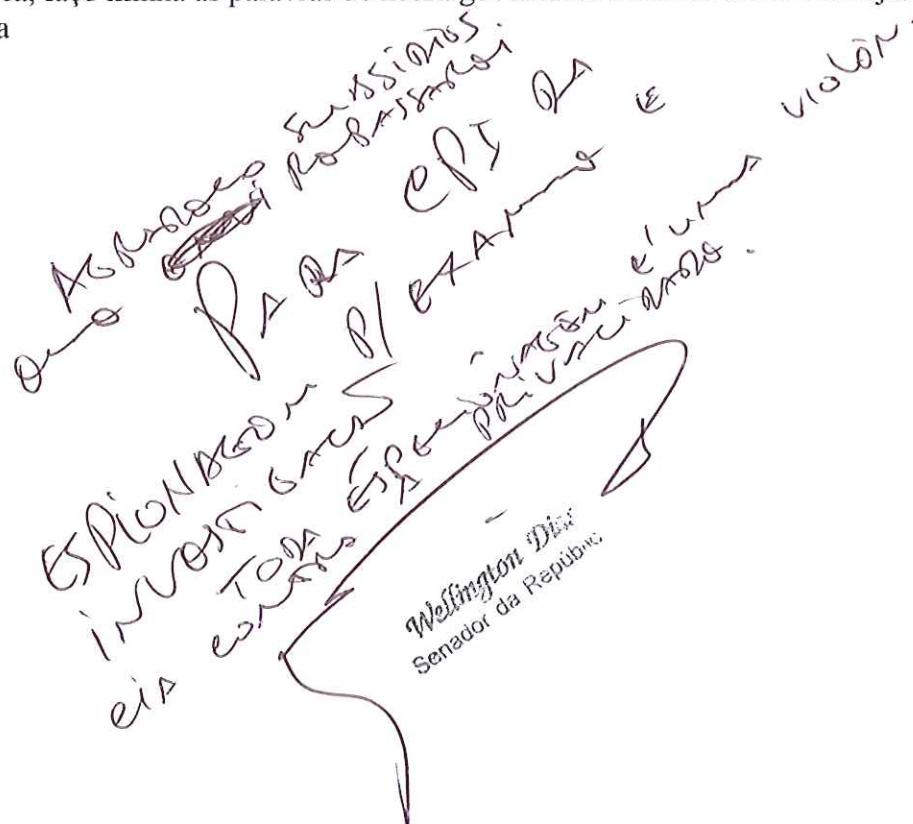
A Telefonica (Telefonica VIVO Speedy) está utilizando serviços da Phorm (OIX.net) para coletar meus dados sem minha permissão, ou seja, estou sendo espiado pela empresa???

O próprio CGI.br orienta que o provedor que utiliza Phorm é uma ameaça grave a privacidade e no princípio fim a fim da Internet (Resolução CGI.br/RES/2012/008/P - Anti-Phorm). Em outros países a prática deste serviço foi banida.

Segue matéria da revista época sobre esse assunto:

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI145587-15224,00-UM+ESPIAO+EM+SEU+COMPUTADOR.html>

Excelentíssimo Senador Wellington Dias, diante da indignação e protestos da nossa Presidente da República, faço minha as palavras de nossa governante é inadmissível e ultrajante tal ato da empresa de telefonia





[imprimir](#)

Imprimir | Tamanho do texto A- A+

04/06/2010 19:11

Um espião em seu computador

A operadora Oi adotou um programa que rastreia tudo o que seus clientes de banda larga fazem na internet. Por que isso é uma ameaça para nós

Bruno Ferrari e Camila Guimarães

Existe um programa de computador que registra tudo o que você faz na internet. Acionado, ele sabe que você entrou no Orkut, digitou o nome de uma ex-namorada no campo de busca, depois visitou o perfil dos amigos dela. Também viu que entrou num site de vendas e procurou uma nova torradeira. Anotou as opções que você comparou. Acompanhou sua visita ao site do banco para consultar o saldo. Seguiu seus passos no site de e-mail enquanto você abria cada mensagem. Viu que você entrou no Facebook. E quando você clicou num vídeo divertido que alguém recomendou. Esse programa anota quanto tempo você gastou em cada uma dessas atividades. E transmite toda essa informação a uma empresa que analisa seu comportamento e o classifica de acordo com algum rótulo. Sua amedrontador? Pois é real. Esse tipo de invasão de privacidade ameaça os internautas brasileiros.

A sequência acima, de rastreamento da navegação na internet, descreve o serviço oferecido pela empresa inglesa Phorm. Ela está chegando ao Brasil. Seu principal cliente aqui é o provedor de internet Velox, serviço oferecido no Rio de Janeiro pela operadora de telecomunicações Oi. A Oi está testando aqui uma versão do programa da Phorm chamada Navegador. É uma tecnologia que está longe de ser aceita no mundo. Desde 2002, quando foi criada pela Phorm, ela tem gerado controvérsia internacional e levantado preocupações em grupos ligados à defesa dos direitos civis na internet. Essas resistências dificultaram sua adoção nos Estados Unidos e na Europa. Há o temor de que as informações pessoais sejam usadas de forma indevida. É evidente que uma empresa telefônica não pode grampear suas linhas. Por que, afinal, seu provedor de internet teria direito de saber o que você faz na rede? Um programa espião ameaça nossa liberdade?

Sua chegada foi discreta no Brasil. A primeira rodada de testes com o Navegador foi anunciada em março pela Oi, dona do provedor de banda larga Velox e do portal iG. De acordo com a Oi, ele começou a ser oferecido a internautas do Rio de Janeiro. A intenção da Oi é expandir aos usuários de todo o Estado até o final de 2010. O Navegador é um rastreador remoto (não fica instalado na máquina do usuário) dos passos que um internauta dá na rede. No início dos testes, Oi e Phorm anunciaram uma parceria com os portais Terra, UOL e Estadão. Procurada por ÉPOCA, a assessoria do Grupo Estado afirmou que "a parceria nunca existiu e o nome da empresa foi usado à revelia". A Oi confirmou a parceria com UOL e Terra.

O objetivo do Navegador é detectar as preferências de quem navega na rede. A promessa da Oi é oferecer ao usuário uma navegação personalizada. Quem é torcedor do Flamengo passaria a ter automaticamente na tela do computador mais informações sobre o time. "Uma página será apresentada aos clientes para que decidam se desejam ativar a ferramenta", diz a Oi. "A escolha e decisão é do cliente." Oi e Phorm também afirmam que a tecnologia do rastreador traça o perfil dos usuários sem identificá-los. Isso seria possível graças a um recurso técnico. Assim que um internauta se conecta à web, imediatamente o Navegador associa a ele um número aleatório. É esse número interno – e não um nome público ou um endereço fixo na internet (conhecido tecnicamente como IP) – que a Phorm usa no rastreamento. "Nenhum dado pessoal, histórico de navegação ou endereço IP é armazenado pela ferramenta", informou a Oi. "O sistema não rastreia e-mails, salas de bate-papo e páginas seguras, como sites de banco."

O programa da Phorm também permite que o provedor de acesso mostre, a cada usuário, anúncios específicos, de acordo com seus interesses pessoais. Sites que tenham acordo com o provedor poderiam vender anúncios prometendo veiculá-los a internautas cujo perfil fosse mais interessante ao anunciante. Tal sistema é apresentado como um modo de aumentar a receita de provedores e sites de conteúdo. Só que, além de invasivo, ele pode representar uma concentração de poder nas mãos de uma empresa cuja missão deveria ser prover acesso de forma indistinta – sem discriminhar o conteúdo ou publicidade que trafega em sua rede. Numa comparação com outro setor, a situação seria equivalente a uma empresa de eletricidade receber dinheiro cada vez que você ligasse uma determinada marca de eletrodoméstico na tomada.

Quem tem medo do programa espião da Phorm

Personalidades da internet que já se manifestaram contra o programa que rastreia o que você faz no computador



Jeff Bezos,
dono da livraria virtual Amazon
Decidiu que seu site vai bloquear o programa Phorm. Quem acessar a livraria on-line não será vigiado, mesmo que o Phorm esteja instalado no computador



Jimmy Wales,
fundador da Wikipédia
Bloqueou a Phorm para quem usa a enciclopédia. Em 2008, a Phorm admitiu ter adulterado o verbete da empresa na Wikipédia para apagar menções negativas



Tim Berners-Lee,
diretor do Consórcio WWW, que supervisiona a internet
Manifestou-se contra a Phorm. "Minhas informações pessoais são minhas. Você não pode tê-las sem negociar comigo", diz



Ross Anderson,
professor de engenharia de segurança na Universidade Cambridge
Afirmou que nenhuma tecnologia garante o anonimato dos dados. Recomenda que as pessoas evitem provedores com o programa Phorm

Tamanho poder nas mãos da Phorm e da Oi pode representar uma ameaça à concorrência no mercado de publicidade online. A Oi argumenta que, como o iG detém em torno de 5% desse mercado, essa ameaça inexiste. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deverá julgar nas próximas semanas a parceria entre Oi e Phorm. Até agora, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) deram parecer favorável à Oi. O caso estava na pauta do dia 5 de maio, mas o Cade decidiu pedir mais informações à Oi. Um novo julgamento ainda não foi marcado.

Além das questões comerciais, o maior estigma em torno dos programas de rastreamento da Phorm é a ameaça à privacidade. O Brasil está recebendo um programa espião rejeitado em outros países. O histórico da Phorm é sombrio. Ela foi fundada em 2002, com o nome de 121Media. Especializou-se na criação de programas para publicidade on-line. Seu primeiro produto foi classificado como um spyware, nome técnico dos programas espiões que se instalaram na máquina do

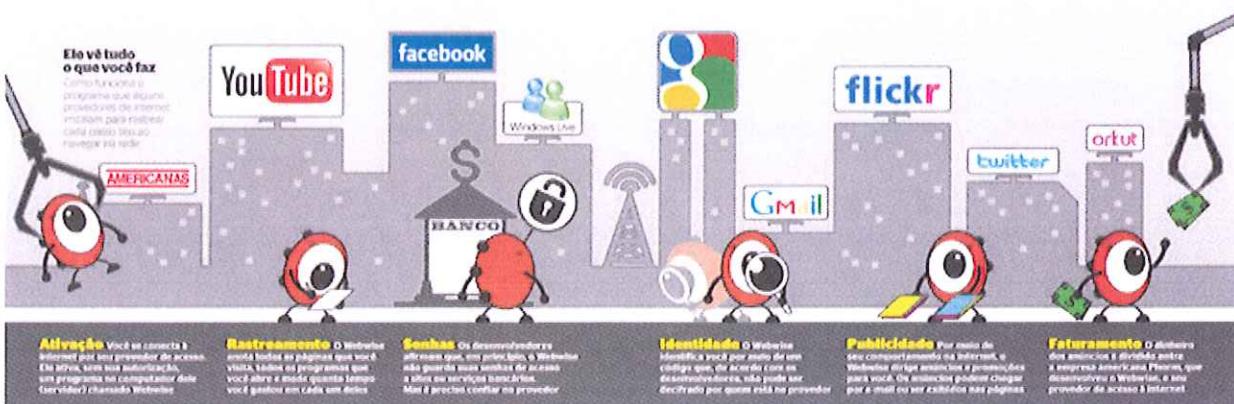
usuário sem consentimento e enviam informações a terceiros. No início da década passada, esses programas eram tão populares quanto difíceis de apagar. A Phorm recebeu notificações de órgãos de segurança de países como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra pedindo que interrompesse as vendas por ferir a segurança e a privacidade do internauta.

A Phorm então desenvolveu o Webwise, programa que diz tratar o internauta de forma anônima. Sites como Google, Amazon e Wikipédia bloquearam o Webwise em suas páginas por desconfiança. Personalidades como Tim Berners-Lee, criador da web, criticaram a falta de transparéncia (*leia mais no quadro ao lado*). O caso mais delicado envolveu a British Telecom (BT), operadora estatal de banda larga da Inglaterra, acusada de infringir as leis de privacidade da União Europeia por fazer, entre 2006 e 2007, testes do programa com 18 mil clientes – sem consultá-los. O mal-estar foi tamanho que a BT teve de abandonar o projeto em 2008. “A ferramenta da Oi tem uma proposta de valor e modelo de implementação totalmente diferente do Reino Unido”, informou a Oi.

A Phorm não é a única empresa que rastreia hábitos do internauta para alocar publicidade. Grandes sites, como o Google, tentam adivinhar o gosto do usuário a partir do que ele busca ou digita. O Facebook também enfrenta questionamentos sobre sua política de privacidade. Vários internautas têm abandonado o Facebook por causa disso. Mas o rastreamento da Phorm dá um passo além. Por dois motivos. Primeiro, os outros sites avaliam seu perfil, mas sua vida digital não fica toda guardada neles. Quando a Phorm espiona, ela rastreia tudo o que você faz. Segundo motivo, as empresas de busca e redes sociais precisam do retorno publicitário para manter seus serviços gratuitos. Os provedores que usam o programa da Phorm já são pagos por você – e pelo acesso, não por conteúdo.

O grupo AntiPhorm, uma ONG de defesa de direitos civis na internet, lançou programas para bloquear o rastreador. Um deles, o Dephormation, funciona simulando atividade na internet de seu computador. Com isso, os dados que a Phorm rastreia ficam poluídos com informação falsa e perdem valor. O navegador Firefox oferece uma ferramenta chamada Firephorm, que impede a Phorm de anotar os sites que você visita. As próprias empresas que anunciam podem se recusar a adotar o sistema da Phorm por julgar importante manter a privacidade de seus clientes e por desconfiar que esses dados possam ser usados por concorrentes. “Alguns podem avaliar que explorá-los configura espionagem industrial”, diz Jim Killock, da Open Rights Group. Isso explica, em parte, a reação negativa da Amazon.

O Brasil pode criar barreiras contra esse tipo de insegurança digital com o novo marco regulatório da internet, lei que esteve em consulta pública nos últimos meses e deverá seguir para o Congresso no final do semestre. Até agora, o texto não aborda especificamente programas de rastreamento, como o Webwise ou o Navegador, da Phorm. Mas dá uma indicação de que isso pode ser considerado ilegal. Num dos parágrafos, afirma que o provedor “fica impedido de monitorar, filtrar, analisar ou fiscalizar os conteúdos dos pacotes de dados, salvo para administração técnica de tráfego”. Se essa norma for aperfeiçoada, os brasileiros podem ficar mais protegidos contra as tentativas de espionagem de sua vida privada.



Clique na imagem para ampliá-la

- Leia as últimas notícias
- Leia outras reportagens desta edição

[Fechar](#)